Brasília - 2011

Junji Abe

Deputado federal

PSD - SP

1º ANO - 2011

www.junjiabe.com.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS

54ª LEGISLATURA - 1ª Sessão Legislativa

SÉRIE

Índice

Mensagem	*05*
Junji quer 3% do PIB para pesquisas	*06*
Falta de período integral prejudica qualidade	*07*
Mais Institutos Federais	*08*
É vital vencer apagão da mão de obra	*09*
Valorização da família e educação	*10*
Batalha pela aprovação da PEC 300	*11*
Programa federal pode bancar aeroporto em Mogi	*12*
Junji pede viadutos e trens a ministro	*13*
Seminário confirma prioridade do transporte	*14*
Cônsul quer Junji como interlocutor	*15*
Proibição de aterros no Brasil	*16*
Ministério manda investigar riscos do aterro em Mogi	*17*
10% do PIB já em educação	*18*
Mobilização para socorrer filantrópica	*19*
Altos tributos esmagam qualidade em Serviços	*20*
Pela justa distribuição da receita	*21*
Tripé de medidas para salvar o setor	*22*
Políticas públicas adequadas	*23*
Ministro apoia redução de tarifas	*24*
Produtores rurais livres do tarifaço	*25*
Alerta contra falsas acusações	*26*
Pró-Horti socorre categorias excluídas	*27*
Junji quer "inclusão agrícola"	*28*
Banho de modernidade nas Ceasas	*29*
Nova legislação para o bem do Brasil	*30*
Mutirão para fortalecer ações pró-cooperativas	*31*
Campanha pró-consumo de hortifrútis	*32*
400 mil famílias cobram regularização fundiária	*33*
Ministro do STF quer frear demarcações irregulares	*34*
Projetos de Lei	*35*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Junji Abe

DEPUTADO FEDERAL

PSD - SP

1º ANO - 2011

Centro de documentação e Informação
Coordenação Edições Câmara

BRASÍLIA - 2011

EXPEDIENTE: Jornalista Responsável - Mel Tominaga MTB 21286 • Projeto Gráfico - Tatiana Abreu

Minha amiga, meu amigo:

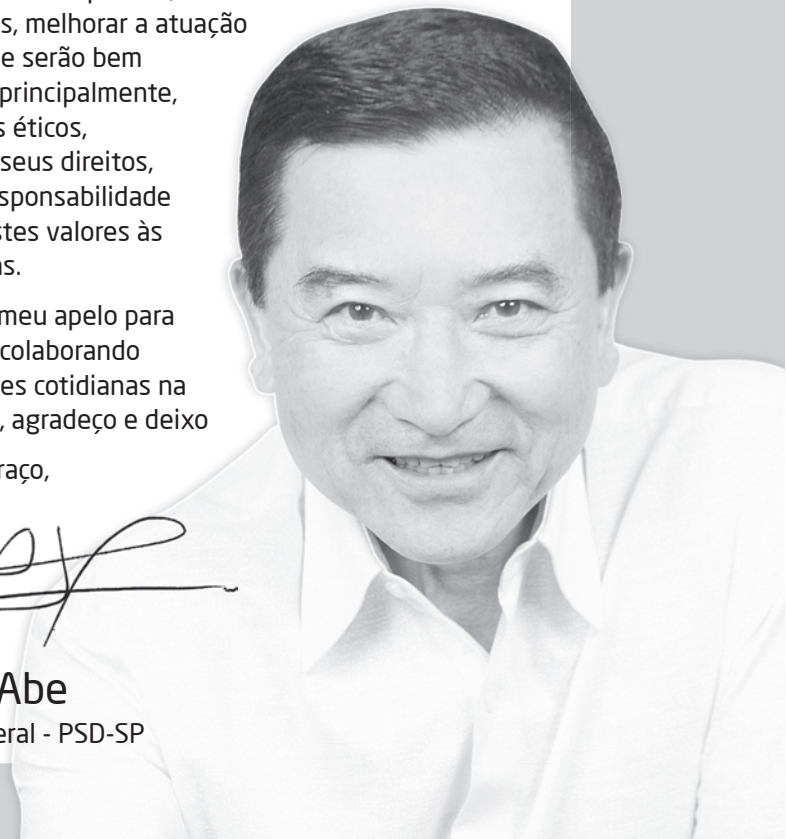
Aqui, está um resumo dos principais trabalhos que desenvolvemos neste primeiro ano de mandato na Câmara dos Deputados. Seguindo os princípios que conduziram nossa jornada até Brasília, nossa atuação vem sendo guiada pela própria sociedade. Felizmente, contamos com a efetiva participação popular. Assim, temos elaborado projetos de Lei, feito indicações aos diversos órgãos públicos e cobrado melhorias em diferentes setores.

Entre tantas batalhas que travamos, dirigimos múltiplos esforços para aprimorar o ensino público. Temos certeza de que, com educação, dá para combater a violência, reduzir a marginalidade, vencer o drama das drogas, superar o desemprego, aumentar a produção artística e cultural, elevar o desempenho do País nos esportes.

Com educação, também dá para diminuir as demandas por atendimento na saúde pública, estimular novas lideranças, melhorar a atuação dos políticos que serão bem monitorados e, principalmente, formar cidadãos éticos, conscientes de seus direitos, deveres e da responsabilidade de transmitir estes valores às gerações futuras.

Reforçando meu apelo para que continuem colaborando com nossas ações cotidianas na Câmara Federal, agradeço e deixo

Um forte abraço,



Junji Abe
Deputado Federal - PSD-SP

Junji quer 3% do PIB para pesquisas

Deputado defende medidas saneadoras da administração pública para triplicar investimentos no setor no prazo de dez anos

A redução de gastos públicos supérfluos e até imorais, somada à gestão competente e austera, é o portal para ampliar recursos destinados a áreas essenciais, segundo o deputado federal Junji Abe que aponta a pesquisa agropecuária como o alicerce que sustentará a evolução do agronegócio no País.

Para viabilizar um programa contínuo de investimentos em pesquisa e tecnologia, Junji defende a elevação do montante aplicado no setor, dos atuais 1% para 3% do PIB – Produto Interno Bruto, no prazo de dez anos. Segundo ele, isto permitirá a expansão dos demais segmentos da economia, aumentando a arrecadação e gerando empregos e renda para a população.

Na visão do deputado, que integra a Frente Parlamentar da Pesquisa e Inovação, sem um programa contínuo de investimentos em pesquisa e tecnologia, "o Brasil está fadado a ser o país das *commodities*", de onde sai apenas matéria-prima para manufatura de produtos elaborados – e com alto valor agregado – em nações bem dotadas de avanços tecnológicos.

COLABORADOR

O deputado federal Junji Abe tornou-se colaborador das atividades da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a convite do presidente da instituição, Pedro Arraes, que ficou impressionado com o conhecimento técnico, a experiência e o histórico de liderança do parlamentar no setor.

Em novembro último, a Pró-Horti, presidida por Junji, promoveu em parceria com a Embrapa Hortaliças um simpósio para discutir a qualidade da água usada no cultivo de hortaliças. O evento possibilitou a elaboração de um documento que norteará propostas de políticas públicas capazes de solucionar problemas técnicos e legais no tratamento do assunto.

"Há falhas na legislação sobre a qualidade da água para regulamentar os diversos tipos de uso, muita desinformação e demora na aprovação do novo Código Florestal que dará aos produtores, principalmente os pequenos, segurança jurídica para permanecerem na atividade", apontou Junji.

Falta de período integral prejudica qualidade

Junji volta a cobrar agilidade na implantação da medida que, segundo Plano Nacional da Educação, atingirá só 50% das escolas públicas em dez anos

Por maior e justa que seja a remuneração dos educadores, por mais eficiente que seja o corpo docente, por melhor que seja conteúdo curricular, por mais funcionais e modernas que sejam as instalações escolares e por mais competente que sejam os gestores do sistema público de ensino, a perseguida qualidade da educação ficará comprometida enquanto as escolas não funcionarem em período integral.

Essa é a opinião do deputado federal Junji Abe que detalhou seu ponto de vista durante audiência pública da Comissão Especial criada com o objetivo de analisar o PNE – Plano Nacional da Educação para o decênio 2011-2020, como prevê o projeto de Lei (nº 8035/2010), de autoria do governo federal.

O projeto estipula como meta a implantação do período integral em 50% das escolas públicas até 2020. "É muito pouco. A medida é importante demais para avançar de forma tão lenta", criticou o deputado. A média nacional de escolas funcionando em período integral gira em torno de 5%. Considerando somente as regiões Sul e Sudeste, o percentual não ultrapassa 10%. "Mas, não pode demorar dez anos para atender só metade".

Com o período integral, os educadores e o conteúdo curricular passam a ter o tempo de aulas como aliado do processo de aprendizagem. "Os alunos também desenvolvem atividades artístico-culturais, praticam esportes e recebem outras lições importantes para sua formação pessoal", observou Junji, enfatizando que crianças e adolescentes deixam de ficar nas ruas à mercê da criminalidade.

Segundo Junji, a medida completa a lacuna gerada pela proibição legal do trabalho antes dos 16 anos.

Mais Institutos Federais

Junji pede ao ministro da Educação, Fernando Haddad, a ampliação da rede de unidades dirigidas ao ensino tecnológico

A implantação de mais cinco campi do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Alto Tietê e Vale do Paraíba é o objetivo das indicações apresentadas pelo deputado federal Junji Abe ao ministro da Educação, Fernando Haddad. As unidades são reivindicadas para Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, Cruzeiro, Caçapava e Pindamonhangaba.

A expectativa de Junji é fortalecer a formação e qualificação profissionais nas duas regiões que, a exemplo de outras localidades do País, carecem de pessoal especializado para atender as demandas das empresas de diversos setores. Ele lembra que, no Brasil, a escassez de profissionais qualificados já é considerada um gargalo comparável à falta de infraestrutura e de logística e à alta carga tributária, tão justamente alvejada de protestos dos setores produtivos.

O deputado diz que as cidades para onde ele pede unidades do Instituto Federal apresentam economia bastante diversificada e franca expansão empresarial, o que amplia a oferta de empregos e, consequentemente, a busca de profissionais qualificados.

A implantação dos campi nessas cidades, argumenta Junji, garantirá a oferta de educação superior, básica e profissional, de forma pluricurricular, qualificando profissionais para os diversos setores da economia, além de possibilitar a realização de pesquisas e o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

> “Não adianta incentivar o crescimento empresarial sem formar pessoal qualificado para ocupar as vagas. De um lado, a carência desmotiva as empresas a se instalarem numa localidade. De outro, só faz crescer a frustração do desempregado.”

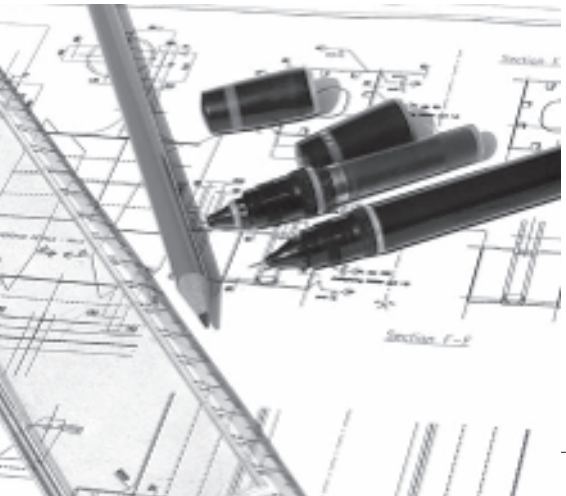
O aumento da oferta de ensino profissional e tecnológico gratuito para combater o desemprego é uma das bandeiras de Junji. Como define o Ministério da Educação, os Institutos Federais foram idealizados para responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

É vital vencer apagão da mão de obra

Junji reivindica maior oferta de vagas no ensino técnico gratuito e condições de graduação no nível superior para garantir desenvolvimento do País

As sérias deficiências da educação no Brasil trazem reflexos latentes sobre a formação profissional, provocando o apagão da mão de obra qualificada que precisa ser vencido o quanto antes, sob o risco de estancar o desenvolvimento do País. A análise é do deputado federal Junji Abe que prega ações públicas efetivas para ampliar a oferta de ensino técnico gratuito em todos os municípios brasileiros e viabilizar a graduação em nível superior.

Ao participar da audiência pública, realizada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para discutir o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o deputado citou estatísticas de órgãos oficiais: as empresas brasileiras deixam de preencher mais de 1 milhão de vagas por ano, por falta de capacitação profissional dos candidatos, sintetizada em baixa escolaridade, total despreparo técnico e pouquíssima experiência.



"É um contrassenso haver sobra de vagas no mercado de trabalho com um batalhão gigante de desempregados", criticou. O deputado entende que o aumento da oferta de vagas no ensino técnico tem de levar em conta as demandas do mercado e incluir estágios remunerados que abram ao estudante a oportunidade de contratação.

Falta pessoal habilitado para preencher vagas que não exigem formação universitária, como auxiliares de linha de produção, pedreiros, operadores de telemarketing, eletricistas, torneiros mecânicos e trabalhadores para áreas ligadas ao setor naval. Junji observou que os dados confirmam a importância de investir pesado no ensino técnico, "sem descuidar de políticas públicas eficientes" para ampliar o acesso ao nível superior.

Quanto à qualidade, Junji é categórico: "Não adianta oferecer vagas em escolas profissionalizantes se o resultado da formação for duvidoso ou insuficiente para atender as exigências de quem contrata". A evolução do Pronatec, segundo ele, tem ligação direta com a eficiência do plano de valorização dos educadores.

Valorização da família e educação

No lançamento da Frente em Defesa das Vítimas da Violência, Junji diz que desestruturação do lar "tira o norte das pessoas" e insiste no período integral nas escolas

Em média, 50 mil inocentes são assassinados por ano no Brasil. Menos de 1% dos criminosos responsáveis pela barbárie acabam presos e a maioria dos detidos não cumpre a totalidade das penas impostas. Ao falar das estatísticas, o deputado federal Junji Abe interpretou o sentimento das mais de 200 pessoas ligadas a 50 entidades de apoio aos familiares de homens, mulheres e crianças chacinados no País, que participaram do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência, na Câmara Federal: "É uma mistura da dor lancinante que o tempo não apaga e da revolta que cresce na proporção da impunidade".

Na visão de Junji, não bastam medidas punitivas, como a reivindicada instituição da prisão perpétua, e ações repressivas baseadas no aumento do efetivo policial. O deputado entende ser indispensável combater as causas da violência. "Família, religiosidade – qualquer que seja o credo –, educação e cidadania são a base para uma sociedade mais justa, solidária e fraterna", declarou, acrescentando que muitos dos atos violentos surgem dentro de casa e "crescem sem freios" no convívio social.

Para atacar as raízes da criminalidade, Junji defende duas frentes simultâneas de ação. Uma é a valorização da unidade familiar, porque a desestruturação do lar "tira o norte das pessoas", especialmente dos menores. A outra concentra-se na educação. "Fazer as escolas funcionarem em período integral é hoje a melhor ferramenta para defender crianças e adolescentes do ócio das ruas onde viram alvo fácil das drogas e do mundo da violência, podendo se tornar os bandidos de amanhã", assinalou.

Batalha pela aprovação da PEC 300

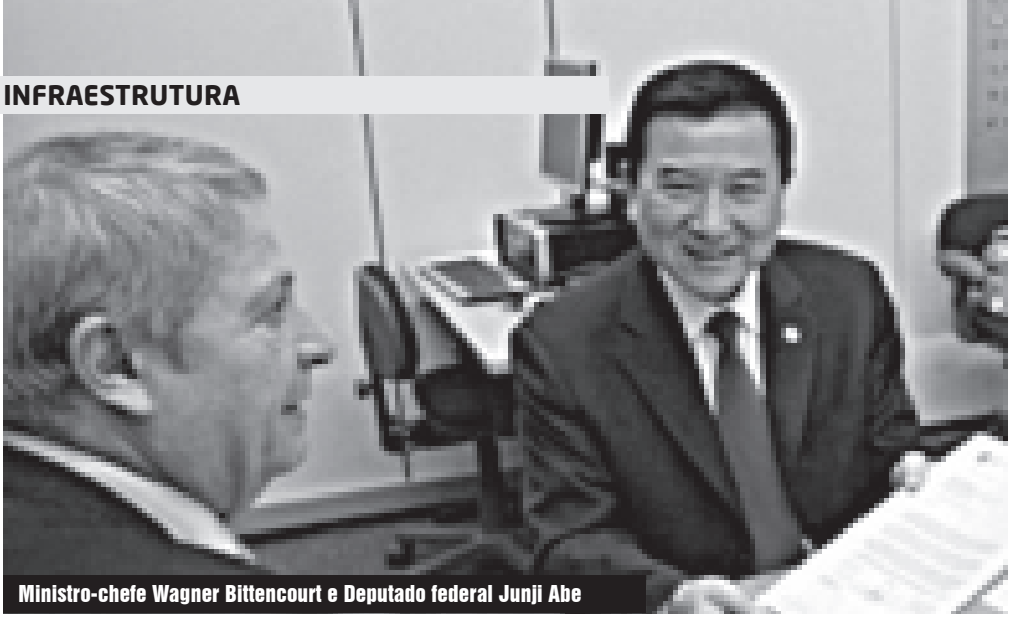
Junji integra Frente Parlamentar em defesa da proposta que objetiva melhorar a remuneração dos profissionais da segurança pública no País

A péssima remuneração e a alta carga horária de trabalho dos policiais, sem o devido reconhecimento dos órgãos públicos, associadas à deficiente infraestrutura física e operacional, são os principais entraves para fortalecer o combate à criminalidade no País. A avaliação é do deputado federal Junji Abe que reiterou seu incondicional apoio às ações para valorizar os profissionais da segurança pública.

"Quando o policial sai para trabalhar, sua família nunca sabe se ele voltará para casa são e salvo", assinalou Junji, referindo-se aos altos riscos característicos da atividade. O deputado integra a Frente Parlamentar em Defesa da PEC 300.

A Proposta de Emenda à Constituição 300/08 prevê a equiparação dos vencimentos dos policiais militares e integrantes do Corpo de Bombeiros, inclusive os inativos, de todos os estados da Federação com os praticados pelo Distrito Federal. Esta proposição tramita em conjunto com a PEC 446/09.

O texto principal estabelece que o piso nacional será definido em posterior lei federal, além de determinar remuneração inicial provisória – entre R$ 3,5 mil para soldados e R$ 7 mil para oficiais – até que a legislação entre em vigor. A proposta foi aprovada em primeiro turno, em março de 2010. Segundo Junji, a constituição da Frente visa acelerar a votação em segundo turno, batalhando pelo aval dos parlamentares à iniciativa.



Ministro-chefe Wagner Bittencourt e Deputado federal Junji Abe

Programa federal pode bancar aeroporto em Mogi

Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil diz que empreendimento tem possibilidade de execução em 2012, se apoiado pelo Estado

A implantação do aeroporto em Mogi das Cruzes pode ser inserida no PROFAA – Programa Federal de Auxílio a Aeroportos para o próximo ano, desde que devidamente justificada e apoiada pelo governo estadual. A informação foi transmitida ao deputado federal Junji Abe pelo ministro-chefe da SAC – Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt, em resposta ao requerimento de informação de autoria do parlamentar.

Com o objetivo de conseguir amparo do Estado para o empreendimento, Junji vem fazendo gestões junto ao Executivo paulista. Motivo: a aplicação de recursos financeiros do PROFAA precisa ocorrer por meio de convênios celebrados entre os governos estaduais e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, com contrapartidas estabelecidas entre as partes.

O deputado lembrou que a Cidade dispõe de duas áreas com capacidade para receber o empreendimento. Uma com 16 milhões de metros quadrados (m^2) e a outra com 10 milhões de m^2. Ambas localizadas no Distrito Industrial do Taboão, entre as Rodovias Federal Presidente Dutra e Estadual Ayrton Senna, e a 22 quilômetros, em linha reta, de Guarulhos.

Junji: "A população sofre enormes prejuízos por conta das passagens de nível. Além de cortar a Cidade ao meio, interrompendo o tráfego e causando enormes congestionamentos, há o frequente risco de mortes em função dos muitos acidentes"

Junji pede viadutos e trens a ministro

Sérgio Passos diz que vai analisar solicitações de dois viadutos e extensão do transporte ferroviário até César de Souza, em Mogi das Cruzes

O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, comprometeu-se com o deputado federal Junji Abe a analisar dois pedidos em benefício de Mogi das Cruzes e Região. Tratam-se da retomada dos procedimentos para construção de dois viadutos sobre a linha férrea e da extensão da Linha 11-Coral da CPTM, que tem parada final na Estação Estudantes, até o Distrito de César de Souza.

No caso dos viadutos, Junji explicou que o contrato para execução das obras, celebrado entre o Dnit – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte e o Consórcio SPA/Tejofran/Convap, está suspenso desde 14 de julho último e sua retomada depende da contratação de empresa supervisora. Essas informações foram obtidas em resposta ao RIC – Requerimento de Informações, de autoria do deputado, apresentado em agosto último.

Quanto ao transporte ferroviário de passageiros, Junji evidenciou a antiga reivindicação dos mogianos para extensão da Linha 11-Coral da CPTM da atual parada final até César de Souza, onde existe uma estação administrada pela MRS Logística. A ampliação envolve um trecho de apenas cinco quilômetros. "E haveria uma elevação de 9% no número de passageiros", quantificou.

Seminário confirma prioridade do transporte

Membro da Frente Parlamentar organizadora do evento, Junji diz que expansão e modernização do sistema ferroviário são indispensáveis

Elaborada e aprovada durante o I Seminário Nacional Desenvolvimento e Ferrovias, a "Carta de Brasília" aponta a expansão e fortalecimento do sistema ferroviário como prioridade para melhorar a infraestrutura de transportes no Brasil. "Não há como pensar em desenvolvimento da Nação sem resgatar, ampliar e modernizar a malha ferroviária em todo País, tanto para o deslocamento de cargas quanto para a locomoção de passageiros", evidencia o deputado federal Junji Abe, integrante da Frente Parlamentar Mista das Ferrovias, responsável pelo evento.

Segundo o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, a União tem se empenhado para valorizar o modal ferroviário, esquecido ao longo de décadas pelo Poder Público. "Para o Brasil, a ferrovia é questão ética, moral, política e econômica. Só assim, os setores produtivos terão competitividade no mercado internacional e também preços menores para o consumidor brasileiro", alardeia Junji.

> "As pessoas reduzirão uso dos automóveis à medida que os trens passarem a operar com rapidez e menor custo."

Atualmente, mais de 60% dos deslocamentos estão concentrados nas rodovias – "sobrecarregadas, muito mais inseguras e geram custos quatro vezes maiores que as locomoções pelas ferrovias, além de acarretarem desperdício de tempo e elevarem os danos ao meio ambiente", como analisa Junji, ao apontar que o sistema ferroviário precisa ser ampliado e adaptado para responder pela maior parte do transporte de cargas e de passageiros.

A obra ferroviária prioritária para o transporte de cargas no Brasil é a Ferrovia Norte-Sul, como avalia Junji, referindo-se à ligação que cortará o País, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Como uma das prioridades para São Paulo, ele aponta a concretização do Ferroanel.

Quanto ao transporte de passageiros, Junji destaca a ampliação e modernização do sistema. "As pessoas reduzirão o uso dos automóveis à medida que os trens passarem a operar com rapidez, maior conforto e menor custo, incluindo os cuidados com a funcionalidade das estações".

Cônsul quer Junji como interlocutor

Sun Rongmao pede ao deputado que represente a comunidade chinesa no Congresso Nacional, ajudando a fortalecer a relação bilateral Brasil-China

O cônsul-geral da República Popular da China em São Paulo, Sun Rongmao, espera contar com o deputado federal Junji Abe para garantir à comunidade chinesa um representante no Congresso Nacional, além de ajudar a consolidar uma próspera relação de amizade e cooperação econômico-comercial, social, cultural e tecnológica. "Não pouparei esforços para responder com muito trabalho e toda dignidade esta honrosa missão", afirmou o parlamentar.

O encontro dá sequência aos contatos iniciados em junho último, quando o cônsul-geral adjunto em São Paulo, Bian Chumgang, pediu a Junji que colaborasse na solução de problemas enfrentados por imigrantes chineses no País. A próxima etapa "na construção dessa parceria" com o parlamentar, sugeriu Rongmao, será uma reunião com o embaixador da China no Brasil.

Junji foi recomendado ao Consulado pelo professor doutor Shuy Wen Shin "como a maior autoridade brasileira, descendente de japoneses – com vasta experiência na vida pública –, e um dos mais expressivos líderes do agronegócio". Além de atuar no fortalecimento da relação bilateral Brasil-China, o cônsul apontou a necessidade de contar com a ajuda de Junji para enfrentar o que ele classificou como o maior drama da comunidade chinesa na atualidade: a violência. Diversas famílias em São Paulo têm sido alvos de crimes horrendos, como assaltos e espancamentos.

O parlamentar também foi um dos dez parlamentares escolhidos pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), para recepcionar os integrantes do Comitê Permanente da APNC – Assembleia Popular Nacional da China. Junji é um dos selecionados para compor a delegação brasileira que visitará aquele país, a convite da APNC. Entre os congressistas, não há descendentes de chineses.

Proibição de aterros no Brasil

Junji condena a "arcaica" prática de enterrar lixo e cobra modelos de tecnologia limpa, empregados há décadas em outros países

Ao condenar a utilização de aterros sanitários como destino final dos resíduos sólidos no Brasil, o deputado federal Junji Abe anunciou a realização de estudos para elaborar um projeto de Lei que proíba a instalação de novas unidades e estabeleça prazo máximo para a substituição das existentes por modelos de tecnologia limpa, empregados há décadas em outros países.

"Nosso País não pode mais manter a arcaica prática de enterrar lixo, na contramão de alternativas viáveis já utilizadas em todas as nações que respeitam a vida no planeta", vociferou Junji, surpreendendo a plateia reunida com o propósito de debater a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

Junji desmistificou a ideia de que as chamadas tecnologias limpas prejudicariam a atuação dos catadores: "Ao contrário, modelos como centrais de incineração e usinas verdes aperfeiçoarão e tornarão mais rentável esta atividade. Com organização profissional, terão melhores canais de comercialização e lucros maiores. Desaparecerão as cenas desumanas de homens, mulheres e crianças enfronhados em montanhas de lixo para garimpar seu sustento".

Protestando contra o desinteresse das autoridades em estimular o uso de tecnologias limpas no manejo dos detritos, o deputado contou que o apelo para substituição dos aterros sanitários por modelos "ambientalmente viáveis" já havia sido feito à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante audiência em agosto último.

Na visão de Junji, a "manutenção e lamentável expansão dos aterros sanitários no País" atende, exclusivamente, o interesse de grandes corporações que detêm os serviços de limpeza pública em metrópoles como São Paulo. "Tendo o próprio aterro, conseguem ganhar concorrências, porque oferecem o menor preço", acusou o parlamentar, defendendo o rompimento do "círculo vicioso" a partir da proibição para a prática de enterrar lixo.

Ministério manda investigar riscos do aterro em Mogi

Após mobilização de Junji e deputados do esquadrão antiaterro, órgãos do governo federal decidem esmiuçar projeto da Queiroz Galvão em Mogi

A intenção da Queiroz Galvão de instalar um aterro sanitário no município paulista de Mogi das Cruzes colocou em estado de alerta uma série de órgãos do governo federal, que deflagrou acurada investigação sobre os riscos potenciais do empreendimento. A mobilização resulta das informações apresentadas pelo deputado federal Junji Abe e parlamentares do esquadrão antilixão.

A ameaça de contaminação dos mananciais que servem ao abastecimento de cidades de três Estados em prejuízo da saúde pública, agressão à biodiversidade com agravante de riscos à sobrevivência de espécies em extinção e o comprometimento da segurança no espaço aéreo utilizado por aeronaves do Aeroporto Internacional de Cumbica são os principais focos da averiguação.

Junji relatou que a a área de dois milhões de metros quadrados (m^2), escolhida pela Queiroz Galvão para enterrar toneladas de resíduos sólidos domiciliares da capital paulista e de outras cidades da Zona Leste, é onde nasce o Córrego Maria Rosa que deságua no Rio Parateí. Este último é um importante afluente do Rio Paraíba do Sul que forma o polo hídrico responsável pelo abastecimento de água para cidades do Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

> “O presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, reiterou a manifestação contrária do órgão à instalação do aterro. Objetivo: garantir sustentabilidade de um assentamento consolidado do Incra nas proximidades da área pretendida pela Queiroz Galvão ”

Compartilhando da preocupação, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, assegurou que haverá exames criteriosos por parte das instituições vinculadas ao Ministério. Já o ministro-chefe da SAC – Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencout, acionará o Ministério da Defesa, responsável pela direção superior das Forças Armadas, e o IV Comar – Comando Aéreo Regional, em São Paulo, subordinado ao Ministério da Aeronáutica, para realizarem o estudo sobre os impactos do projeto no tráfego aéreo da região do Distrito Industrial do Taboão.

10% do PIB já em educação

Junji cobra alteração no Plano Nacional da Educação que prevê elevação dos atuais 5% aplicados no setor para apenas 7% do PIB em 2025

O deputado federal Junji Abe não abre mão da prerrogativa de ampliar "imediatamente" o investimento em educação, dos atuais 5%, para 10% do PIB – Produto Interno Bruto. O projeto de Lei (nº 8035/2010), de autoria do governo federal, que trata do PNE – Plano Nacional da Educação para o decênio 2011-2020 prevê aumento dos recursos aplicados no setor para apenas 7% do PIB. Mesmo assim, em 2025.

"O PNE perde pela falta de ousadia, retardando em décadas o efetivo, permanente e indispensável desenvolvimento do ensino público com qualidade", criticou Junji. Para se ter ideia do modelo educacional deficitário no Brasil, ele apontou que o investimento anual por aluno gira em torno de R$ 2.948,00, quase cinco vezes menos que os R$ 10 mil anuais aplicados por estudante em países como Japão, Finlândia, Suécia, Alemanha e até Coréia. Completando o quadro desfavorável, o deputado assinalou que minúsculos 2% dos graduados no ensino médio concluem curso superior.

Sustentando sua avaliação de que o Brasil tarda para investir pesado na educação, o parlamentar pinçou o rápido crescimento da Coréia do Sul onde o parque fabril engorda a olhos vistos. Especialmente, nos campos da informática, eletroeletrônicos e automobilístico. "O segredo do sucesso é a educação. O país começou a fazer, há 30 anos, aquilo que o Japão fez no pós-guerra: investiu maciçamente na educação. E, hoje, os coreanos surpreendem até os japoneses e ganham um espaço cada vez maior na economia mundial".

Mobilização para socorrer filantrópica

Junji pede participação de secretários de Saúde do Vale Histórico em reunião com equipe técnica do Ministério para viabilizar auxílio financeiro ao Hospital Frei Galvão

Junji fala ao assessor do ministro sobre a urgência de solucionar crise do hospital. "A população já está sendo muito prejudicada."

O Ministério da Saúde definirá a data e indicará o especialista que virá ao Vale do Paraíba para discutir meios de ampliar os recursos repassados ao Hospital e Maternidade Frei Galvão, localizado em Guaratinguetá, assegurando o atendimento aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde. A informação foi transmitida ao deputado federal Junji Abe pelo assessor especial do ministro Alexandre Padilha, Edson Pereira de Oliveira.

Segundo o deputado, a ideia é mobilizar prefeitos e secretários de Saúde das cidades que formam o consórcio no Vale Histórico e que têm seus habitantes atendidos no Hospital Frei Galvão. "A população já vem sendo muito prejudicada, porque não consegue atendimento em outras unidades hospitalares do Vale do Paraíba", advertiu o deputado, assinalando que os repasses defasados à filantrópica, além de dificultar a assistência a quem depende do sistema público de saúde, vêm sacrificando o tratamento dos atuais pacientes de Oncologia e Hemodiálise. A unidade é referência regional em ambas as especialidades.

A filantrópica enfrenta grave crise financeira resultante da defasagem dos repasses, da ordem de 122%, em relação aos custos dos atendimentos realizados. Em 2009, por exemplo, a instituição empregou R$ 30 milhões na assistência aos pacientes do SUS, mas recebeu apenas R$ 13,5 milhões do governo federal.

Oliveira assegurou que existem alternativas para ampliar os recursos repassados pelo governo federal. Como ponto crucial para garantir mais recursos federais, está o fato de o Hospital Frei Galvão servir aos 16 municípios do Vale Histórico e ser formalizado pelo consórcio de cidades.

Altos tributos esmagam qualidade em Serviços

Junji engrossa luta por reforma tributária com desoneração da folha de pagamentos e fim da guerra fiscal entre os estados para aliviar setor

A avassaladora carga tributária no Brasil esmaga a qualidade na área de prestação de serviços, compromete as perspectivas de expansão e ameaça a sobrevivência de pequenas empresas do setor que mais cresce e gera empregos no País. O alerta vem do deputado federal Junji Abe que faz parte da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços.

Junji coloca a reforma tributária no eixo central das necessidades da área e dos demais setores produtivos. Segundo ele, as discussões iniciais sobre a reformulação dão sinais de que "ela não terá a profundidade que reivindicamos". Diante do quadro, o grupo pinçou duas medidas que considera elementares para o setor sob o aspecto tributário.

A desoneração da folha de pagamentos é o primeiro ponto, como relata o deputado. O salário de um funcionário representa para o empregador encargos trabalhistas que variam de 1,1 a 1,3 vezes sobre o valor pago ao empregado. Se a remuneração é de R$ 1 mil, o desembolso total da empresa corresponde a R$ 2.130,00, sendo R$ 1 mil para o assalariado e o restante para o governo. "Contrata um e paga por mais de dois".

Outra medida cobrada pela Frente é o fim da guerra fiscal entre os estados que só dificulta e encarece a operação administrativa das empresas. Cada estado tem autonomia para definir sua alíquota de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, desde que o procedimento não prejudique os repasses ao governo federal.

> "Guerra fiscal entre os estados que só dificulta e encarece a operação administrativa das empresas."

Na ânsia de atrair empreendedores, explica Junji, estados travam batalhas com cada qual acenando com percentuais menores do tributo. O controle administrativo para a firma que possui unidades em diferentes estados é bastante complexo e cabem à empresa todos os esforços para reivindicar os créditos de ICMS referentes ao valor recolhido a mais por conta das variações de alíquotas. Igual problema envolve o ISS – Imposto sobre Serviços.

Junji: "A má distribuição de renda é a mola propulsora da miséria na sociedade."

Pela justa distribuição da receita

Junji afirma que é incoerência cidades ficarem com a menor fatia da arrecadação para atender demandas sociais crescentes

O deputado federal Junji Abe defende a revisão do sistema de distribuição da receita arrecadada no País aos entes da Federação. "Os governos federal e estadual ficam com as fatias maiores do valor arrecadado – cerca de 60% e de 20% a 25%, respectivamente. E as cidades sofrem com migalhas (de 10% a 15%) para atender as justas demandas sociais. Sou municipalista e não aceito esta incoerência", dispara ele que integra a Frente Parlamentar Municipalista.

Na visão do parlamentar, a melhoria da qualidade de vida da população passa, forçosamente, pelo aumento do percentual da receita arrecadada que é destinada aos municípios. "A má distribuição de renda é a mola propulsora da miséria na sociedade. Da mesma forma, a injusta divisão do bolo entre as três esferas de governo aumenta ainda mais as desigualdades sociais. Tem cidade que recebe menos de 8%". Ele tem vivência para falar sobre o assunto, já que foi duas vezes seguidas, de 2001 a 2008, o prefeito de Mogi das Cruzes – com cerca de 400 mil habitantes.

Embora reconheça que a pretendida mudança será difícil, Junji destaca que, dado seu histórico na vida pública, se sente na obrigação de batalhar para sepultar o modelo atual. Ele observa que a municipalização de serviços nos vários setores confirma a necessidade da revisão. "São as prefeituras que melhor conhecem as necessidades e as prioridades do seu povo porque enfrentam as carências cotidianas", analisa.

Tripé de medidas para salvar o setor

Junjj defende correção da tabela SUS, linhas de crédito para Santas Casas e instituições conveniadas ao Sistema e a regulamentação da Emenda 29

A urgente correção da tabela SUS – Sistema Único de Saúde para adequar à realidade os defasados valores repassados às instituições conveniadas pelos serviços prestados, a abertura de linhas de crédito específicas para Santas Casas e outras entidades vinculadas à saúde e a imediata regulamentação da Emenda 29, que destina mais recursos ao SUS, compõem o tripé de medidas prioritárias e simultâneas, defendidas pelo deputado federal Junji Abe para melhorar as condições de atendimento no setor.

Integrante da Frente Parlamentar em Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas ligadas à Saúde, Junji destacou que a defasagem da tabela SUS para remunerar os serviços prestados responde por grande parte do colapso financeiro das instituições conveniadas ao Sistema.

Para justificar a abertura de linhas de crédito, o deputado observou que as entidades não conseguem reequilibrar suas finanças por falta de aporte de recursos. "O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) concede financiamentos para grandes corporações empresariais e até para o trem bala, mas não socorre o setor de saúde".

Segundo Junji, a concessão de crédito precisa estar livre de exigências, como a ausência de restrições cadastrais, porque quase todas as Santas Casas do País não têm o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas "limpo, em função das incoerências do próprio governo", e poucas são as instituições com algum patrimônio para hipotecar.

Quanto à Emenda 29, Junji afirmou que não se pode mais adiar a vigência da medida que obriga a União a gastar o equivalente a 10% de suas receitas correntes brutas em saúde.

Políticas públicas adequadas

Integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Junji diz que é preciso empenho do Executivo e participação da sociedade

A missão de viabilizar políticas públicas adequadas à população da Terceira Idade não é exclusiva do governo federal. É preciso haver empenho do Executivo nas três esferas e a participação da sociedade. Quem avalia é o deputado federal Junji Abe, ao defender investimentos para melhorar a qualidade de vida dos idosos, com um leque de ações em todos os setores. Desde saúde e previdência social, passando por esportes e lazer, até iniciativas que proporcionem o relacionamento saudável dos mais jovens com os veteranos.

O Brasil ainda está despreparado para amparar a Terceira Idade. "Tanto na oferta de serviços públicos quanto no aspecto cultural – especialmente, a maneira como a sociedade trata o idoso", apontou Junji na reunião da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, grupo de que ele faz parte na Câmara Federal.

Junji lembrou que o País está envelhecendo. De 1980 para cá, a taxa de envelhecimento saltou dos 19% para os 40%. Ele observou que cuidar do idoso não significa "tolhê-lo de sua individualidade e autonomia nem fazê-lo crer que deixou de ser útil, porque isto seria ferir de morte sua auto-estima".

Como ex-prefeito de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, o deputado comentou que dedicou especial atenção aos dois extremos da população mais vulneráveis no Brasil: a criança e o idoso. Em prol da Terceira Idade, merece destaque a implantação do Pró-Hiper, focado em cuidar da saúde física e mental de quem tem mais de 60 anos de idade.

Com capacidade para atender até 1,5 mil pessoas por dia, o Pró-Hiper concentra os principais serviços públicos aos idosos.

Junji: "É uma questão de justiça com a população."

Ministro apoia redução de tarifas

Em audiência com Junji e membros da Frente criada em defesa dos consumidores, Lobão concorda com avaliação do grupo: valores têm de cair de 20% a 30%

O ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, engrossou o coro pela redução das tarifas de energia elétrica. Em audiência com o deputado federal Junji Abe e membros da Frente Parlamentar criada em defesa dos consumidores, ele determinou à equipe técnica que realizasse os estudos para definir uma metodologia de modicidade tarifária capaz de diminuir o peso dos valores cobrados dos brasileiros.

"É uma questão de justiça com a população e o meio de sobrevivência para as empresas das mais diversas atividades produtivas, cada vez menos competitivas no mercado internacional por causa dos altos custos de produção, como as tarifas de energia elétrica que tornam os produtos mais caros", argumentou Junji.

Integrante do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis, Junji defende uma redução das tarifas de energia elétrica – residencial e empresarial, entre 20% e 30%, com base no trabalho de especialistas que, amparados em estudos da FGV – Fundação Getúlio Vargas, identificaram os eixos da majoração dos valores da eletricidade no País. Segundo ele, isto também implica diminuir a carga tributária que incide sobre o setor.

A mobilização do grupo visa assegurar que as adequações na política tarifária do setor sejam consolidadas no momento da renovação dos contratos firmados pelo governo federal com as concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que começam a vencer a partir de 2015.

Junji ao diretor da Aneel: "Seria penalizada toda a gama de atores que movimentam o agronegócio brasileiro"

Produtores rurais livres do tarifaço

Graças à mobilização de Junji e membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, Aneel volta atrás e devolve benefício da tarifa reduzida

A mobilização do deputado federal Junji Abe e demais integrantes da FPA – Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agropecuária livrou produtores rurais de todo País do tarifaço de energia elétrica. Após manifestação de repúdio do grupo, o diretor da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, Edvaldo Alves de Santana, anunciou a decisão da instituição de voltar atrás no regulamento que restringia a aplicação da tarifa reduzida às propriedades destinadas à produção de alimentos, determinando o fim do benefício para as demais atividades rurais.

O peso da conta chegaria ao bolso dos consumidores rurais assim que as concessionárias colocassem em prática a Resolução Normativa (n° 414) da Aneel, datada de 9 de setembro de 2010. "Felizmente, no Estado de São Paulo, a mudança ainda não havia sido aplicada e conseguimos barrar a medida às vésperas da cobrança prejudicial", observou Junji. No Paraná, a majoração dos valores tinha entrado em vigor, o que levou deputados paranaenses a pedirem a intervenção da FPA.

A resolução que deu origem à polêmica excluiu o benefício da tarifa reduzida para todas as atividades rurais que não fosse produção de alimentos. "Seriam penalizados os produtores de algodão, do setor sucroalcooleiro – exceto a cana de açúcar –, flores, plantas ornamentais, bicho da seda, tabaco, a silvicultura, centros de reprodução de matrizes de qualquer animal, avicultores, criadores de cavalos e toda a gama de atores que movimentam o agronegócio brasileiro", advertiu Junji.

Alerta contra falsas acusações

Junji prega mobilização da cadeia produtiva contra infundadas denúncias de contaminação de hortifrútis e cobra ação do governo

Havia um pimentão à frente de cada deputado, na bancada reservada aos parlamentares. O legume tinha a parte superior semicortada. Ao abri-lo, um bilhete trazia a advertência de que o produto continha veneno e poderia matar o consumidor. "É com extrema organização e ousadia que operam determinados grupos onde há pseudolíderes a serviço de dirigentes extremistas de organizações como o MST", observou o deputado federal Junji Abe, presente na audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família para debater a comercialização, fiscalização e utilização de defensivos agrícolas nas lavouras do País.

Único deputado a participar da audiência e defender os produtores rurais brasileiros, Junji contestou as falsas acusações diante do público uniformizado, com camisetas das respectivas entidades, cartazes e panfletos que apregoavam a contaminação de hortaliças, frutas e até do leite materno. "Não existe vilão. O que existe é o descaso em investir na qualificação do profissional do campo", assinalou, cobrando do governo políticas que contemplem pesquisas, assistência técnica e extensão rural direcionadas às diferentes culturas e às diversas regiões brasileiras.

Junji também criticou o uso dos termos agrotóxico ou veneno para definir produtos químicos destinados ao combate de pragas e ervas daninhas nas lavouras. "Fazer esta associação só passa ao consumidor a ideia equivocada de que ele está comendo veneno. Um simples comprimido para dor de cabeça, usado sem orientação ou em dosagem inadequada vira veneno".

Desde o episódio na Câmara dos Deputados, Junji vem percorrendo os municípios paulistas para pregar a mobilização geral das cadeias produtivas em defesa de interesses comuns.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA
EM DEFESA DO SEGMENTO DE

Hortifrutiflorigranjeiros

Pró-Horti socorre categorias excluídas

Idealizada e presidida por Junji, Frente Parlamentar conta com rede institucional de apoios para sensibilizar governo a dar atenção às cadeias produtivas de hortifrutiflorigranjeiros

Com a adesão de mais de 200 parlamentares, entre senadores e deputados, o deputado federal Junji Abe lançou a Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, compondo um braço político para sensibilizar o governo a dar atenção às categorias excluídas. Idealizado e presidido por ele, o grupo conta com uma rede institucional de apoios, formada por organizações públicas e privadas ligadas ao agronegócio.

A Pró-Horti abrange as cadeias produtivas de verduras, legumes, tubérculos, bulbos, frutas, champignon, mel e derivados, aves e ovos, pecuária de leite de pequeno porte, flores e outros itens destinados ao abastecimento do mercado interno. São culturas que não recebem incentivo governamental porque não se enquadram nos critérios de agricultura familiar, amparada pelo Pronaf, e nem são produtos de exportação que geram *commodities* e respondem pelo superávit brasileiro, como os do setor sucroalcooleiro, citricultura, cafeicultura e sojicultura, entre outros.

A sintonia entre os diversos agentes das cadeias produtivas é o alicerce para os avanços que a Pró-Horti planeja ajudar o segmento a conquistar, como define Junji. “Os atores precisam conversar entre si para ajustar necessidades, definir prioridades, enfim, falar a mesma língua. Só assim os resultados serão positivos para todos, inclusive para o consumidor final que ganhará em qualidade e preço”.

Mesa diretora da Pró-Horti: Presidente: deputado Junji Abe (PSD-SP), **Vice-presidentes**: deputados Afonso Hamm (PP-RS) e Paulo Piau (PMDB-MG), **Secretária geral**: senadora Ana Amélia (PP-RS), **Suplente geral**: deputada Célia Rocha (PTB-AL), **Coordenador Centro Oeste**: deputado Neri Geller (PP-MT), **Coordenador Nordeste**: deputado Oziel Oliveira (PDT-BA), **Coordenadora Norte**: deputada Rebecca Garcia (PP-AM), **Coordenador Sudeste**: deputado Aelton Freitas (PR-MG), **Coordenador Sul**: deputado Alceu Moreira (PMDB-RS)

Junji quer "inclusão agrícola"

Deputado cobra urgente retomada dos programas de orientação técnica no campo para ajudar micro, pequenos e médios produtores

O deputado federal Junji Abe cobra do governo federal a urgente retomada dos programas de assistência técnica e extensão rural para tirar da orfandade o segmento mais prejudicado pela ausência de orientação no campo – o de micro, pequenos e médios produtores rurais.

"Precisamos promover o que seria a inclusão agrícola: levar a todos os agricultores a bagagem de conhecimento sobre inovações, melhores metodologias de cultivo, manejo de pragas e doenças, cuidados com o solo, enfim, ajudá-los a aumentar a produção, com maior qualidade e menores custos", resumiu.

Atendendo apelo de Junji, os presidentes de todas as Frentes Parlamentares da Câmara, ligadas à cadeia produtiva de alimentos, solicitarão à presidente Dilma Roussef a implantação de políticas públicas, acompanhadas de maior aporte de recursos financeiros, para a área de assistência técnica e extensão rural.

Presidente da Pró-Horti e membro da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, Junji defende a implantação de políticas ativas de difusão de conhecimentos e orientação aos produtores. Ele lembrou que os programas eram desenvolvidos pela Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, extinta anos atrás.

De cada quatro agricultores no Brasil, apenas um recebe algum tipo de assistência técnica e, mesmo assim, precária.

"Banho de modernidade" nas Ceasas

É o que defende Junji, idealizador do projeto de um megacomplexo do agronegócio na Grande São Paulo

Mergulhar as Ceasas – Centrais de Abastecimento de todo o Brasil num "banho de modernidade", capaz de compensar mais de meio século de atraso estrutural e operacional das unidades que funcionam com "assombrosa precariedade" em prejuízo da cadeia produtiva completa – dos produtores aos consumidores.

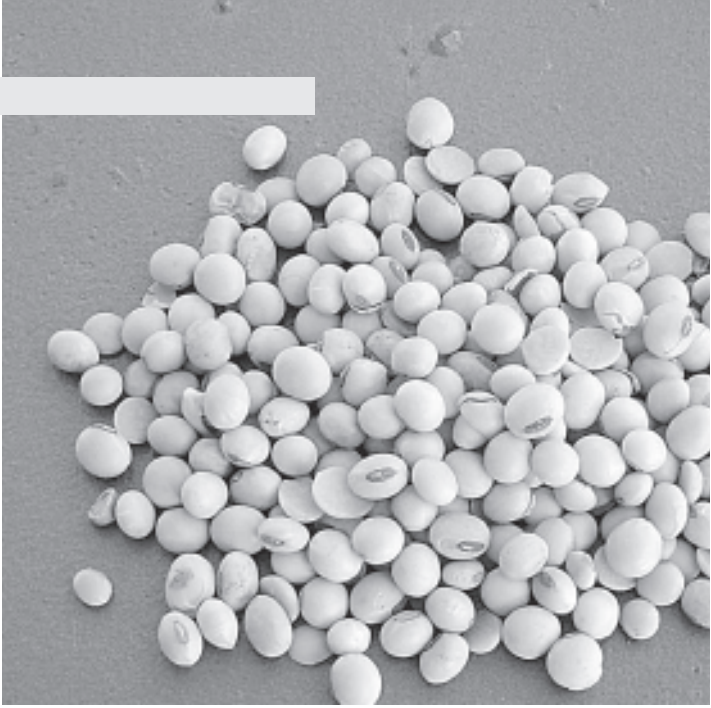
É isso que defende o deputado federal Junji Abe que também integra a diretoria da Frente Parlamentar em Defesa das Centrais de Abastecimento Interno – Ceasas. A estimativa de perdas de alimentos gira em torno de 30%, da colheita à mesa do consumidor.

Para garantir às cadeias produtivas um canal eficiente de comercialização, Junji idealizou o projeto de um megacomplexo na Grande São Paulo. Ele quer juntar, num único local, as operações de comercialização e distribuição de produtos agrícolas e também de insumos. A unidade seria dotada de estruturas física e operacional adequadas, incluindo sistemas para leilões eletrônicos, além de oferecer pavilhão de exposições, espaços para eventos e equipe de assistência técnica ao produtor, entre outros recursos.

O pretendido megacomplexo inclui um centro de formação técnica de lideranças e multiplicadores no segmento da policultura. O treinamento de profissionais especializados na difusão de técnicas de plantio, estratégias de comercialização, organização em cooperativas e outros temas relacionados à atividade faz parte de mais uma meta de Junji: a revolução no conceito de reforma agrária.

Os futuros beneficiados com a cessão de terras por parte do governo federal precisam receber, antes, todo treinamento e, depois, assistência técnica para produzir com eficiência e rentabilidade, como recomenda Junji. Os agentes de formação rural viriam do megacomplexo que ele pretende ver concretizado.

Nova legislação para o bem do Brasil



Mudanças permitem desenvolvimento sustentável com produção agrícola e prudência ambiental, garantindo sobrevivência de 2,5 milhões de produtores

O novo Código Florestal aprovado na Câmara Federal e mantido quase integralmente pelo Senado abre caminho para o desenvolvimento sustentável com produção agrícola e prudência ambiental. Quem avalia é o deputado federal Junji Abe que luta com unhas e dentes para que a nova legislação entre em vigor, acabando com o "injusto sacrifício de agricultores que, do dia para a noite, tornaram-se criminosos por cumprir normas do próprio governo".

De acordo com Junji, o texto proposto para o novo Código Florestal mantém invioláveis as APP's – Áreas de Preservação Permanente, assim como as encostas de morros, com a ressalva de reconhecer o direito de produtores que cultivam, há décadas, nestes locais – a maioria deles atendendo ao chamado de governos anteriores para fazer tal ocupação agrícola.

Outra medida vital para a sobrevivência dos pequenos produtores é a que permite a soma de APP's no cálculo da reserva legal, desde que a área esteja conservada e que isto não implique mais desmatamentos. "Como produzem em espaços modestos, se tivessem de manter invioláveis as APP's e mais a reserva legal, sobraria quase nenhum terreno para o cultivo", justifica o parlamentar, alertando que, sem essas modificações na legislação, mais de 2,5 milhões de pequenos produtores abandonarão a atividade.

Junji lembrou que o Brasil é o único País no planeta com áreas disponíveis para elevar em 60% a produção de alimentos, evitando a fome generalizada no mundo. Com 7 bilhões de habitantes, a Terra terá um bilhão a mais em 2026, 9 bilhões em 2050 e chegará a 2070 com 10 bilhões.

Mutirão para fortalecer ações pró-cooperativas

Junji defende maior participação das bases do movimento cooperativista para dar suporte às ações políticas voltadas ao fortalecimento do setor

Para fortalecer a defesa das causas do cooperativismo, não basta o comprometimento dos dirigentes, porque o fundamental é a efetiva participação das bases, na opinião do deputado federal Junji Abe. "Muitas mudanças de que o Brasil precisa só serão realizadas com pressão popular", alertou, pontuando que, no caso das cooperativas, o potencial de mobilização é "gigantesco" e tem de ser canalizado para dar suporte às ações dos políticos que trabalham pelo desenvolvimento do cooperativismo.

Diretor sindical da Frencoop – Frente Parlamentar do Cooperativismo, Junji está engajado na luta pelas bandeiras do movimento. Uma delas é a urgente votação e aprovação do projeto de Lei que regulamenta as cooperativas de trabalho. Pronta para ser levada ao plenário da Câmara, a proposta continua fora da Ordem do Dia. "Estamos fazendo gestões junto à Mesa Diretora da Casa e aos líderes partidários acelerar a inserção dessa proposição na pauta", explicou.

Se aprovado, o projeto regulará as relações de trabalho entre as cooperativas, seus sócios e contratantes, nos contratos de prestação continuada de serviços, além de reconhecer os direitos sociais previstos na Constituição e estabelecer critérios a serem observados pelas cooperativas. A pretendida legislação também contribuirá para harmonizar procedimentos do Ministério do Trabalho e ações dos Termos de Ajuste de Conduta que prejudicam as cooperativas de trabalho.

A transformação do projeto em lei será o instrumento jurídico preponderante para o funcionamento das cooperativas. "Junto ao PNC (Programa Nacional de Conformidade Cooperativa) do Ramo Trabalho, será o resgate da legitimidade, do relacionamento de confiança, do salto de qualidade e da perenidade do negócio cooperativo", explica o presidente da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), Márcio Lopes de Freitas.

Campanha pró-consumo de hortifrútis

Junji diz que baixo consumo de hortaliças e frutas no Brasil reflete a desinformação sobre importância destes alimentos para a saúde

Por ano, cada brasileiro consome 57 quilos de frutas, bem menos da metade dos 140 quilos consumidos pelo europeu e dos 150 quilos que entram na dieta alimentar do norte-americano. "Além de oferecer um péssimo atendimento em saúde, o Poder Público negligenciou a obrigação de divulgar informações sobre o valor nutritivo desses produtos para desenvolver na população o hábito da alimentação saudável, capaz de prevenir doenças", avaliou o deputado federal Junji Abe, durante o relançamento da Frente Parlamentar Mista da Fruticultura.

Presidente da Pró-Horti, e membro de todos os grupos da Casa que têm relação direta ou indireta com as cadeias produtivas de alimentos, Junji defendeu o trabalho conjunto no sentido de viabilizar junto ao governo federal uma ampla campanha informativa para incentivar o consumo de hortaliças e frutas. As crianças são o principal público alvo das ações propostas por ele. "Assim, formaremos adultos mais saudáveis e, principalmente, acostumados com uma alimentação onde predominam hortaliças e frutas".

A reformulação da dieta alimentar do brasileiro para incluir no cardápio mais verduras, legumes e frutas trará resultados diretos para a saúde pública. "Muitas doenças que causam a grande procura por atendimento na rede de saúde poderiam ser evitadas com a alimentação adequada", justificou, acrescentando que o baixo consumo de alimentos de alto valor nutritivo, baratos e produzidos em farto volume no País contrasta com a realidade nacional onde a subnutrição ainda faz vítimas.

Se o consumo de frutas é baixo no Brasil, em comparação com outras nações, o de hortaliças é irrisório. Por ano, o brasileiro consome apenas 27,075 quilos de hortaliças. Significa pouco mais de 1/4 dos 98,5 quilos ingeridos pelo americano, quase cinco vezes menos que os 157,7 quilos consumidos pelo italiano e menos de 40% do consumo do israelense que gira em torno de 73 quilos. Os dados são da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

400 mil famílias cobram regularização fundiária

Em audiência na Comissão de Agricultura, Junji protesta contra insensibilidade do Poder Público que faz assentamentos, mas não legaliza os lotes

A interminável espera pela regularização fundiária de dezenas de assentamentos, criados ao longo dos últimos 30 anos dentro do programa de reforma agrária do governo foi o tema da audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. "São aproximadamente 400 mil famílias de produtores rurais", informa o deputado federal Junji Abe, ao criticar a insensibilidade do Poder Público: "É gente pobre que não consegue o respeito da sociedade e, muito menos, financiamento rural para garantir sua sustentabilidade e autossuficiência no campo, porque é dona dos lotes de fato, mas não de direito".

> "Famílias no completo abandono, sem capital nem assistência técnica e extensão rural."

Crítico do modelo de reforma agrária adotado pelo governo, o deputado diz que a falta de regularização fundiária dos assentados é mais uma prova de incompetência na gestão do processo. "Já é um absurdo dar a terra e deixar as famílias no completo abandono, sem capital nem assistência técnica e extensão rural". Não bastasse, completa Junji, elas ainda não têm a posse legal dos lotes, com escrituras públicas registradas.

A audiência focou o drama dos assentados no Estado de Mato Grosso, mas o problema se repete em todas as regiões brasileiras, observa Junji. Como prova de que se multiplicam no País as vítimas da ineficiência no tratamento da questão fundiária, ele cita um caso da sua cidade natal, Mogi das Cruzes/SP.

São mais de 400 famílias de agricultores, no Distrito de Jundiapeba, que trabalham sob ameaça constante de despejo, como aponta Junji, ao cobrar agilidade na desapropriação e destinação das terras de interesse para reforma agrária. Há décadas, os chamados "chacareiros" tornaram produtivos os 500 hectares onde atuam.

A peleja começou há 20 anos, quando a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo deixou de renovar o contrato com os produtores, até então, arrendatários das terras, vendidas à Mineradora Itaquareia em 2005. "Até agora, a desapropriação e repasse da área aos produtores continua pendente".

Ministro do STF quer frear demarcações irregulares

Depois de ouvir Junji, Ayres Britto pedirá apoio dos colegas para fechar brecha jurídica usada para ampliar e criar novas reservas

O ministro Ayres Britto, do STF – Supremo Tribunal Federal, conclamará os colegas para acelerar a conclusão do processo envolvendo a demarcação oficial da Reserva Indígena Raposa do Sol, em Roraima. A medida visa fechar a brecha jurídica utilizada pela Funai – Fundação Nacional do Índio, com o aval do Executivo, para ampliar as existentes e delimitar novas áreas de uso exclusivo de índios e quilombolas, contrariando decisão da Corte que proibiu a prática. Relator da matéria relativa ao tema, o magistrado adotou a postura depois de ouvir os argumentos do deputado federal Junji Abe e demais integrantes da FPA – Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agropecuária.

Em continuidade à mobilização iniciada junto ao STF no início de outubro último, a FPA denunciou ao ministro a existência de interesses comerciais de organizações norte-americanas que desejam bloquear o crescimento do agronegócio brasileiro.

"Explorando a temática dos índios desprotegidos, financiam grupos extremistas que se infiltram no corpo técnico da Funai com o objetivo de conduzir os relatórios de demarcação de terras indígenas, usados pelo governo para homologar, por decreto, a criação de reservas", explicou Junji, acrescentando que o foco do trabalho estrangeiro é frear a expansão das atividades produtivas no País, eliminando a ameaça que o desenvolvimento do setor no Brasil representa para a economia norte-americana.

> "Atuais reservas já garantem a cada dos 400 mil índios ou quilombolas cerca de 300 hectares de terras."

Um plano idealizado pela Funai prevê a destinação ao movimento indigenista de novas áreas em mais 180 regiões brasileiras, principalmente no Norte e Centro-Oeste.

Segundo o deputado, as atuais reservas indígenas, constituídas por Lei Federal, já garantem a cada um dos 400 mil índios ou quilombolas cerca de 300 hectares de terras, o equivalente a três milhões de metros quadrados.

Desde que iniciou sua atuação na Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2011, Junji apresentou 15 projetos que têm a finalidade de combater práticas nocivas à coletividade, democratizar informações e aperfeiçoar mecanismos para promover maior inclusão social. As propostas são fruto de sugestões da própria sociedade, principalmente, de contribuições vindas de internautas com quem Junji mantém permanente interação por meio das redes sociais.

Projeto de Lei 1494/2011

Prisão de dois a 30 anos
Punições para crime de bullying

Tipifica o crime de bullying, englobando todas as atividades qualificadas como intimidação vexatória. Desde ofensas até lesões corporais ou danos psicológicos. A proposta estabelece penas de reclusão – que variam de dois a 30 anos – para os autores, acresce a penalidade em 50% se o delito ocorre em ambiente escolar e estende igual punição ao diretor do estabelecimento de ensino que deixar de tomar providências para cessar as ocorrências. Também prevê punição maior em várias outras circunstâncias.

Projeto de Lei 1221/2011

Lei das Licitações
Guerra à máfia das empreiteiras

Altera a Lei das Licitações (nº 8.666) com o objetivo de evitar obras públicas de má qualidade, freando a prática de determinadas empreiteiras que, para vencer concorrências, apresentam preços muito inferiores ao mínimo necessário para a execução dos serviços, segundo os critérios da boa engenharia. “Há uma máfia de empreiteiras especializadas em vencer licitações públicas. Baixam absurdamente os preços só para ganhar concorrências, mas entregam serviços ruins, lesando os cofres públicos e, principalmente, causando transtornos à população”, critica Junji.

Projeto de Lei 2649/2011

Criança e adolescente
Servir bebida alcoólica pode dar cadeia

Servir bebida alcoólica a menores poderá ser tipificado como crime punido com penas que variam de dois a quatro anos de detenção e multa. Basta aprovação do projeto que altera o enquadramento da prática, atualmente classificada como contravenção penal, sujeita a penas bem mais brandas. “Muitas vezes, é um adulto que compra a bebida para dar ao menor. Se flagrado, este indivíduo não vai para a cadeia”, detalha Junji. A medida também alcança quem age assim fora dos estabelecimentos comerciais onde o produto é vendido.

Projeto de Lei 2571/2011

Mobilidade reduzida

Atendimento prioritário no transporte coletivo

Objetivo é garantir atendimento prioritário às pessoas com mobilidade reduzida em estações e terminais de transporte coletivo, que serão obrigados a ter áreas acessíveis para embarque de quem tem dificuldade de deslocamento. A atual legislação prevê o benefício para idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, passageiros com crianças de colo e portadores de deficiência, mas desconsidera quem tem dificuldade de se locomover. Exemplos: pessoas obesas, com perna engessada, usando bengala, muleta ou andador, com carrinho de bebê e anões.

Projeto de Lei 2406/2011

Crimes Sexuais

Pena maior para religiosos pedófilos

Projeto aumenta em 50% a pena aplicada a padres, pastores e demais líderes religiosos condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes. "São pessoas que se valem da condição de autoridade, da influência que exercem sobre a vítima ou da confiança que nela inspiram para cometer essas barbáries", explica Junji. Com a aprovação da medida, ele espera, "pelo menos", inibir as ocorrências contra menores no meio religioso.

Projeto de Lei complementar 43/2011

Microempreendedor Individual

Proteção aos pequenos negócios

Para beneficiar eletricista, costureira, barbeiro, manicure, pedreiro e outros integrantes do regime especial do MEI – Microempreendedor Individual, proposta estabelece reajuste do limite de faturamento anual da empresa, atualmente fixado em R$ 36 mil por ano. Se o projeto for aprovado, o teto de receita bruta será reajustado a cada 1º de janeiro, com base no índice de correção do Salário Mínimo estabelecido no ano anterior. Assim, esses empreendedores não perdem o direito de pagar menos impostos.

Projeto de Lei 2747/2011

Doença metabólica

Tratamento gratuito para portadores de MPS

Prevê a distribuição gratuita dos medicamentos necessários para tratar a MPS – Mucopolissacaridose e seus sintomas. A intenção é garantir aos portadores dessa doença metabólica hereditária o direito de ter acesso ao tratamento terapêutico integral, com custos que podem atingir R$ 1,5 milhão por ano. A proposta estabelece que a União padronizará a medicação a ser utilizada, de acordo com os protocolos clínicos aprovados pela comunidade científica, assim como fará constante atualização para incorporar produtos inovadores ao processo.

Projeto de Lei 2093/2011

Acesso gratuito

Bancos terão de fornecer dados da Previdência

Projeto obriga os bancos a fornecer para seus correntistas acesso gratuito aos extratos de informações previdenciárias contidas no CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais. Os dados poderão ser disponibilizados nos terminais de autoatendimento ou nos sítios das instituições bancárias na internet. Junji diz que os custos "poderão ser administrados pelo sistema financeiro que têm a esquecida função social de servir aos interesses da coletividade".

Projeto de Lei 2065/2011

Curso Superior

Fim da prisão especial

Prevê o fim da prisão especial para quem possui diploma de curso superior, um benefício que viola o princípio constitucional da isonomia e promove a desigualdade de tratamento entre os presos, sem qualquer razão, porque o fato de ter formação universitária não coloca o detento em desvantagem em relação aos demais, não agrava sua convivência com a população carcerária e nem representa ameaça para sua integridade física. A prisão especial tem a finalidade de proteger membros do Ministério Público e juízes, entre outros que, recolhidos à prisão, poderiam sofrer algum tipo de violência e de constrangimento em função da atividade que desenvolvem.

Projeto de Lei 1982/2011

Brincadeira de Mau Gosto

Trote a serviços emergenciais pode levar à prisão

Para combater a prática do trote a serviços emergenciais, como Polícia, Corpo de Bombeiros, Samu e outros órgãos destinados ao atendimento de emergências, o projeto tipifica a brincadeira de mau gosto como crime e impõe aos infratores penas que variam de dois a cinco anos de detenção e multa. "Os prejuízos causados são enormes e podem custar a vida de alguém que se encontra em situação de perigo de morte, enquanto atendentes perdem tempo e equipes fazem deslocamentos inúteis", avalia Junji.

Projeto de Lei 2287/2011

Profissionais de Saúde

"Lei do Jaleco" para evitar riscos de contaminação

Projeto pretende fazer valer em todo País uma legislação já vigente no Estado de São Paulo. Trata-se da Lei do Jaleco" que proíbe médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde de usarem jaleco fora do ambiente de trabalho. Objetivo é evitar riscos de contaminação por microorganismos instalados nas vestimentas e levados de um local a outro.

Projeto de Lei 857/2011

Sem intimidação

Proteção ao exercício advocacia

A proposta visa frear as agressões sofridas por advogados para desenvolver seu trabalho. Prevê pena de detenção de seis meses a dois anos ou multa para quem desrespeitar advogado no exercício da profissão ou em razão dela e estabelece como circunstância agravante crime contra o profissional durante sua atividade. A pena será aumentada em um terço se o infrator for funcionário público exercendo suas funções.

Projeto de Lei 1773/2011

Economia e Agilidade

Otimizar pregão em compras públicas

Proposta ajusta a legislação para autorizar, com clareza, a aquisição de bens e serviços comuns pela modalidade de pregão, que garante economia aos cofres públicos. A alteração também especifica as situações em que este procedimento de contratação pode ser utilizado. "A inexistência de regras claras desencadeia pendências administrativas e até judiciais, que consomem tempo do funcionalismo e dinheiro do contribuinte, além de causar outros prejuízos", adverte Junji.

Projeto de Lei 1582/2011

Socorro Médico Ágil

Tipo sanguíneo na CNH

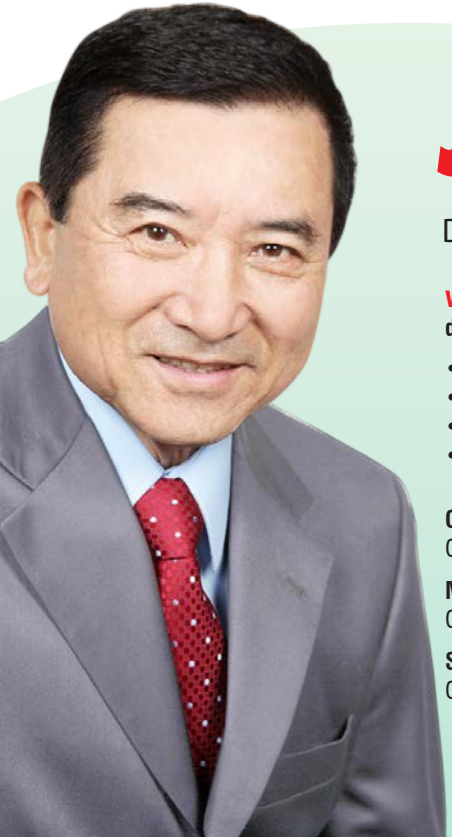
Projeto prevê a inclusão na CNH – Carteira Nacional de Habilitação da informação sobre o tipo sanguíneo do condutor para acelerar o socorro médico das vítimas envolvidas em acidentes de trânsito. "Acontecem muitas colisões graves, com necessidade imediata de repor o sangue das vítimas até a chegada ao hospital. Sem conhecer o tipo sanguíneo dos pacientes, as equipes médicas ficam de mãos atadas e muitas vidas são perdidas", explica Junji.

Projeto de Resolução 27/2011

Legado

Homenagem a Paulo Kobayashi

Proposta objetiva dar ao Plenário 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, o nome do saudoso Deputado Paulo Kobayashi, em homenagem ao "parlamentar atuante, de reputação ilibada e ética inquestionável", que cumpriu sete mandatos – duas vezes vereador, três como deputado estadual e outras duas como deputado federal.



Junji Abe

DEPUTADO FEDERAL • PSD-SP

www.junjiabe.com
dep.junjiabe@camara.leg.br

- **twitter.com/junjiabe**
- **junjiabe.blogspot.com**
- **facebook.com/junjiabebr**
- **youtube.com/user/junjiabe1**

Câmara dos Deputados: Anexo IV - Gab. 340
CEP 70160-900 • Brasília / DF • (61) 3215-5340

Mogi das Cruzes: R. Cel. Santos Cardoso, 189
CEP 08730-110 • (11) 4721-2001

São Paulo: R. Fagundes, 152, 2° andar, Sala 1
CEP 01508-030 • Liberdade • (11) 3207-8936